

PSD contra a reforma

Deputado André Almeida questiona Governo sobre mapa judiciário

Na sequência do redesenho do mapa judiciário proposto recentemente pelo Governo: criação de cinco distritos judiciais no todo nacional, juntamente com 39 circunscrições de base (comarcas), em substituição das 230 comarcas existentes; em cada circunscrição funcionará apenas um tribunal de comarca ou de primeira instância, podendo este desdobrar-se com juízos de competência genérica ou especializada - o deputado arouquense André Almeida apresentou no início de Abril um requerimento

na Assembleia da República com três questões para o Ministério da Justiça esclarecer sobre a reforma anunciada:

1. Que competências ou especialidade passará a ter o ainda Tribunal da Comarca de Arouca?

2. Pela situação geográfica do concelho de Arouca, que soluções alternativas prevê o Governo para que os

arouquenses tenham um efectivo acesso à Justiça, sem terem de se sujeitar a deslocações penosas?

3. Tendo em conta esta medida, ficará o edifício do Palácio da Justiça de Arouca com valências reduzidas?

No documento a que RODA VIVA teve acesso, o deputado secunda a sua oposição à medida do Governo com exemplos de entidades que publicamente já discordaram ou colocaram reservas à reforma, como sejam, o próprio Partido Social Democrata, o Procurador-Ge-

ral da República, o presidente da Associação Sindical de Juízes, o presidente do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, e o vice-presidente da Associação Nacional dos Municípios Portugueses.

No novo mapa judicial, o concelho de Arouca ficará inscrito na circunscrição do Entre-Douro-e-Vouga, juntamente com os concelhos de Oliveira de Azeméis, Vale de Cambra, São João da Madeira e Santa Maria da Feira. A sede da comarca está projectada para este último município.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA